



XIII CONGRESO DE HISTORIA AGRARIA
CONGRESO INTERNACIONAL DE LA SEHA
XIII CONGRÉS D'HISTÒRIA AGRÀRIA
CONGRÉS INTERNACIONAL DE LA SEHA



Sesión II

Derechos de propiedad, desigualdades sociales y crecimiento económico. Los mundos ibéricos.

Aspectos de modernización de la ganadería en Brasil y Argentina en el siglo XIX y XX.

Joana Medrado
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade
Federal Fluminense
joanamedrado@gmail.com

Aspectos de modernización de la ganadería en Brasil y Argentina en el siglo XIX y XX.

Joana Medrado

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Historia, Universidade Federal Fluminense

joanamedrado@gmail.com

Resumo:

Esse texto discute aspectos da modernização na pecuária a partir da comparação entre Brasil e Argentina especialmente no que diz respeito a padronização genético-racial do rebanho bovino. A comparação irá ocorrer em dois níveis: em primeiro plano será comparado o papel que a pecuária teve na economia nos dois países e na configuração das elites rurais; em segundo plano será analisada a comparação que os próprios contemporâneos fizeram durante viagens de investigação da indústria pastoril num e noutro país no início do século XX. Serão discutidos aspectos do capitalismo e da industrialização, do processo de adaptação das tecnologias, das estratégias de modernização no meio rural, do consumo de carne e da relação com a Inglaterra – principal financiadora e articuladora do comércio de reprodutores bovinos e de carne através dos frigoríficos – e a maneira como os interesses de mercado iam fracionando os interesses das elites rurais ganadeiras.

Palavras-chave: Pecuária – Historia Comparada – Modernização Rural – Historia do Brasil – História da Argentina

O gado bovino era estranho tanto à fauna brasileira quanto à argentina. Foi a expansão européia do século XVI que trouxe à América os “quadrúpedes europeus”, também eles colonizadores na sugestiva interpretação de Alfred Crosby.¹ A região dos pampas, contínua entre os dois países, foi naturalmente mais adaptável aos animais europeus, por apresentarem clima semelhante aos de origem, sendo ali onde o gado mais rapidamente se disseminou, reproduzindo-se naturalmente e definindo muito das relações sociais, da estrutura agrária e da economia.

Mas a diversidade climática do Brasil não significou limite para a expansão ganadeira, e não foi apenas na “neo-europa” do Sul do país que o gado vingou. Ao contrário, foi o sudeste e o centro-oeste locus privilegiado do que será chamada aqui pecuária industrial (por distinção daquela praticada no período colonial), ou seja, a pecuária praticada com critérios zootécnicos, especialmente assentada na padronização genética, e com objetivo econômico de largo alcance, com vistas ao mercado internacional e sustentada em um discurso da necessidade de consumo de carne. O gado se espalhou por todos os climas, relevos, paisagens, impondo, por isso mesmo, desafios diferentes aos fazendeiros empenhados na criação racional-industrial. É sobre esses desafios e sobre a produção de diferentes estratégias e diferentes discursos de modernização para superá-los que este artigo irá versar, focalizando o final do século XIX e o início do XX na Argentina e no Brasil.

Mas porque comparar Argentina e Brasil? A primeira questão que se coloca ao tentar refletir sobre a pecuária nos dois países são as diferentes diacronias, o que levaria até a questionar a validade de realizar uma comparação. Na Argentina esta atividade ocupou papel central na economia sendo desde o começo do século XIX fator precípua de formação e organização da classe dominante. No Brasil, em contrapartida, com exceção da região Sul, a pecuária nunca ocupou um lugar de relevância econômica, tendo sido um anseio apenas modestamente realizado no início do século XX por grupos rurais relativamente *outsiders*. No entanto, como será discutido adiante, não será utilizado o método comparativo *tout court*, e sim atravessado pelas influências da história transnacional e de migrações, na tentativa de abordar as duas realidades na medida em que se tocaram, influenciaram mutuamente.

A segunda questão, é mais uma observação que decorre da anterior. Não será feita aqui uma comparação por similitude de experiência, e por isso a região comparada não será o Sul do Brasil que partilhava o mesmo bioma pampa argentino e cujas semelhanças com o irmão platino são muito mais aparentes – raças de gado, pastagens, clima, técnicas de criação. O contraponto ao caso Argentino será o sudeste brasileiro onde o café tinha proeminência econômica quando a pecuária começa a ser implementada com perspectivas industriais. Nessa região, a modernização no setor não teve a mesma urgência e o mesmo pragmatismo que teve na Argentina, o que ensejou, evidentemente muito mais estudos na área de história econômica sobre a pecuária argentina do que sobre a pecuária brasileira. Embora deva se considerar as diferenças entre os grupos de pecuaristas do sudeste, mormente os fazendeiros de São Paulo e os do extremo oeste de Minas Gerais (Triângulo Mineiro), seus projetos de modernização e suas estratégias de empoderamento político e econômico – ao que será dedicado a terceira parte desse texto –, a escolha dessa região se justifica exatamente pela diferença e não pela similitude com a história da economia ganadeira argentina.

Há ainda que informar que as fontes para esse estudo foram mais limitadas para o conhecimento do passado argentino. No caso brasileiro, evidentemente foi possível um diálogo mais amplo com as fontes primárias – periódicos, publicações oficiais ou de entidades agrícolas e pastoris, manuais de zootecnia entre outras. Para a Argentina, além de alguns números dos *Annales de la Sociedad Rural Argentina*, deram suporte as análises aqui empreendida uma farta bibliografia de apoio que será informada ao longo do texto. Embora recalcitrante nos resultados, talvez não haja tantos problemas nesse método de abordagem e na desigualdade de informações, já que a Argentina gerou muitos e melhores estudos sobre a pecuária do que o Brasil.

Algumas observações sobre o método comparativo

A comparação entre a Argentina e o Brasil será feita em dois níveis: em primeiro plano será comparado o papel que a pecuária teve na economia nos dois países e na configuração das elites rurais; em segundo plano será analisada a comparação que os próprios contemporâneos fizeram das suas realidades, da indústria pastoril num e noutro país no início do século XX. Isso significa dizer que serão utilizados métodos da história comparada clássica, de matriz francesa e também das recentes abordagens da história transnacional.

Em um texto de 1930 Marc Bloch aponta o perigo de recorrer a comparação supondo objetos empíricos e experiências similares, ou seja a comparação por similitude. A linguística e a etnografia das civilizações ditas primitivas cujos métodos são intrinsecamente comparativos incorrem, via de regra, no equívoco de buscar uma origem comum para as experiências – o que Bloch chamaria de “ídolo das origens” – e de se limitar empírica e metodologicamente às delimitações prefiguradas dos Estados nacionais. Para Bloch, mais vale entender as sobrevivências, as influências e os desenvolvimentos semelhantes com o intuito de explicar as diferenças nos resultados, “que são, afinal, o objeto mais importante do método comparativo”.ⁱⁱ

Um esforço que se assemelha ao de Maura O'Connor que ao estudar a construção da nacionalidade italiana o faz a partir das impressões registradas pelos viajantes ingleses na Itália.ⁱⁱⁱ Por tratar de um período que antecede a Unificação italiana e por ser um tema tão centralmente ligado à formação dos Estados nacionais a autora inova ao tentar entender o nacionalismo italiano a partir do fluxo de idéias sobre nação e nacionalismo, abandonando o método comparativo clássico que compara unidades nacionais mais ou menos semelhantes à italiana, o que normalmente seria feito com a Alemanha.

Algumas das diferenças e limites analíticos da história comparada e da história transnacional são apontadas por Sean Purdy em um artigo intitulado “A história comparada e o desafio da transnacionalidade”. Nesse texto Purdy critica a proscrição metodológica da história comparada por parte dos estudiosos de processos históricos “transnacionais” que ao atentarem para as interconexões de trabalhadores, de culturas, de símbolos, entre outras, rejeitam as prerrogativas metodológicas da história comparada. Os estudos transnacionais teriam origem na globalização, nas teorias pós-colonialistas, e nas teorias pos-modernistas que focalizam seus estudos em regiões fronteiriças (culturalmente e territorialmente) e coadunam na perspectiva de “fluidez e discursividade do poder”, o que na opinião de Purdy pode levar a “subestimar as localidades concentradas de poder – de classe, gênero e nação”.^{iv}

Entre Argentina e Brasil o método comparativo tem sido bastante explorado em diversos campos da historiografia e da sociologia. Um importante estudo que mapeia parte dessas produções e que também realiza um estudo comparativo de fôlego é o de Boris Fausto e Fernando Devoto.^v Na visão desses autores os estudos comparativos costumam seguir um caminho de reforço dos Estados Nacionais, ou seja, são os Estados que são comparados – seus governos e seus padrões de desenvolvimento econômico – e não as influências recíprocas, os fluxos e refluxos culturais. Ainda assim Fausto e Devoto fazem jus a Weber que antes de Bloch pensa o comparativismo como forma de explicar a diferença, o desenvolvimento assimétrico entre as sociedades, e não apenas para construir “tipos ideais”. Os autores consideram também a contribuição de Henri Pirenne que evitando o nacionalismo produzido pela guerra busca fazer uma história universal, assentada em sínteses explicativas, abandonando a nação como unidade de análise. Analisam também a concepção de Bloch sobre o comparativismo constatando que certa similaridade nos fatos e certa dessemelhança nos contextos em que eles ocorreram ao invés de reproduzir a idéia de que o ser humano dava "as mesmas respostas, em qualquer contexto ou lugar", faz o pesquisador buscar as influências mútuas, diferenciar as causas locais das causas gerais, atentar mais para as diferenças que para as semelhanças em que os fatos ocorreram.

Nesse quesito o estudo comparativo de Verônica Secreto é muito bem sucedido ao focalizar a expansão do café no Brasil e de gado na Argentina no intuito de entender a expansão de fronteiras.^{vi} Esse caminho de análise é interessante porque focaliza o motor de desenvolvimento econômico e não a atividade econômica em si, já que o mesmo produto teve conotações econômicas totalmente diferentes entre as regiões, além de desfocar dos limites artificiais dos Estados nacionais ao comparar zonas cafeeiras do Brasil com zonas ganadeiras da Argentina.

A comparação entre Argentina e Brasil proposta nesse artigo talvez se afine mais com o modelo de comparação proposta por Marc Bloch, ou seja de duas sociedades próximas que exerceram influências recíprocas sobre uma economia, a pecuária, que teve conotações diferentes para os grupos dominantes que a encamparam. Seu desenvolvimento econômico não foi concomitante, ou seja não ocorreram no mesmo período, tendo a Argentina desde o início do século XIX iniciado importante movimento de expansão ganadeira e desde então incorporado tecnologia que permitia industrialização do setor e inserção no mercado internacional, o que no Brasil começa a se realizar apenas no início do século XX.^{vii} Efeito disso é que os fazendeiros e zootecnistas brasileiros viajaram para a Argentina, muitas vezes em missão oficial, com objetivo expresso de compor relatos sobre a atividade pecuária e divulgar essa experiência aqui. Dessa maneira parte-se da hipótese que foi esse olhar comparativo dos contemporâneos um dos fatores mais importantes para industrializar a pecuária brasileira, mormente no sudeste.

A tentativa será de contornar os problemas inerentes a comparação clássica, de origem francesa, mas não limitada a França, que focalizando os Estados nacionais termina por eleger um padrão em relação ao qual a realidade comparada estaria sempre aquém por lhe faltar algum atributo existentes no caso modelar. A comparação da atividade pecuária brasileira com a Argentina poderia facilmente incorrer nesse problema dada a proeminência da Argentina nessa economia. Mas o objetivo desse artigo é fundamentalmente entender as diferenças nos processos históricos, por isso mesmo a comparação será feita com o sudeste brasileiro (São Paulo e o extremo oeste de Minas Gerais, a região chamada de Triângulo Mineiro) que apostou em outras vias de modernização no intuito de entender o tipo de pecuária que se realizava, os discursos e as estratégias de modernização, as raças de gado eleitas como melhores, as formas de

lidar com a Inglaterra – principal financiadora e articuladora do comércio de reprodutores bovinos e de carne através dos frigoríficos – e a maneira como os interesses de mercado iam fracionando os interesses das elites rurais ganadeiras.

Como se verá adiante, mesmo comparando as regiões do sudeste brasileiro há diferenças que necessitam de atenção. O caso da região do Triângulo Mineiro aparece como contraponto por ter investido apenas no início do século XX na pecuária e por ter buscado novas rotas de comércio de carne e de reprodutores, provenientes da Índia. Não se trata de explicar o “atraso” brasileiro, nem a falta de “inventividade” argentina, tampouco procurar elementos de desenvolvimento que os contemporâneos não viram, nem estratégias “erradas” de um ou outro grupo social. Nesse ponto a razão da comparação é fundamentalmente terem os contemporâneos se olhado, se pensado, e publicado suas impressões sobre a pecuária na Argentina e no Brasil.

O lugar da pecuária na economia e nos discursos sobre desenvolvimento econômico

Acompanhar o raciocínio de Karl Polany sobre as mudanças na economia mundial no início do século XX, e o que ele chama de “grande transformação”, é bastante profícuo para pensar o fomento à indústria da carne no início do século XX.^{viii} Porque a civilização que ele diz estar entrando em colapso teria surgido justamente na Inglaterra, a potência que mais investiu na pecuária, seja na indústria de gado de corte, com os frigoríficos, seja no mercado de reprodutores.^{ix} O raciocínio tecido adiante tentará deslindar as mudanças ocorridas na pecuária brasileira que em certa medida a aproximaram da experiência argentina e que traduziam, por fim, a reconfiguração no capitalismo mundial, protagonizado pela Inglaterra e cada vez mais também pelos Estados Unidos.

Na interpretação de Polany a paz que se manteve entre as grandes potências européias entre 1815 e 1914 foi possível a partir de certos efeitos da revolução Industrial e do liberalismo: a economia de mercado, o livre comércio e o padrão ouro, que instituíram o mercado auto-regulável e fizeram da *haute finance* maestro ao longo século XIX. O “banco internacional” no século XIX foi um elo entre economia e política, especialmente em uma época que todos os objetivos econômicos eram intentados a partir do incremento do poder dos Estados nacionais. Muito embora a *haute finance* operasse em nível internacional, não estando vinculada a nenhum poder nacional específico, a necessidade da manutenção da paz e a certeza de que a guerra desorganizaria os investimentos, fazia com que os Estados fossem fortalecidos ao tempo em que mantidos em um “sistema de equilíbrio de poder”. Contraditoriamente a explicação da guerra em 1914 é formulada da seguinte maneira: o hábito do investimento mobilizou belicamente os Estados e gerou uma “paz armada”, que se tornou insustentável e explodiu com a faísca da “rivalidade colonial e competição por mercados exóticos”.^x

Polany se desculpa pelo materialismo crasso da afirmação, mas afirma que “a peculiaridade da civilização cujo colapso testemunhamos foi, precisamente, o fato dela se basear em fundamentos econômicos”.^{xi} A peculiaridade não estava na sociedade ser limitada por condições materiais de sua existência, porque isso é comum a todas as sociedades, mas de ser uma civilização baseada na idéia de um mercado auto-regulável pelo princípio do lucro.

Esse raciocínio de Polany está sendo retomado porque é nesse momento de colapso de um modelo capitalista de relações internacionais que houve o incremento tecnológico da pecuária brasileira, baseado sobretudo na mudança do padrão genético

bovino e a intervenção ostensiva da Inglaterra nessa economia, no Brasil e na Argentina (esta já tradicional produtora de carne). A guerra entre as potências européias é tema constante entre os pecuaristas na Argentina e no Brasil, ora como expectativa de grandes lucros, ora como receio de haver um bloqueio no comércio internacional o que levaria à bancarrota o comércio da carne, o que de fato aconteceu em 1900 na Argentina e em 1919 no Brasil.

Se hoje se entende que o contexto da guerra era o momento propício para o investimento nesse setor, para os contemporâneos não estava claro nem a iminência do conflito, tampouco que ele significaria expressivo aumento do consumo de carne, que até então não era gênero alimentar de primeira necessidade. De todo modo a grande guerra de 1914 gerou mudanças cruciais não apenas reforçando o mercado de carne, mas especialmente diversificando o mercado de reprodutores e seus tradicionais fornecedores europeus. Entre os anos de 1913 e 1918 inicia uma importação maciça de gado indiano para o Brasil que configura um outro padrão de modernização pecuária e pode ter traduzido a “rivalidade colonial e competição por mercados exóticos” sugerida por Polany como estopim da “grande transformação” vivenciada no início do século XX.

A cultura do consumo de carne e a conseqüente indústria que a sustinha estava se consolidando nesse período e a Inglaterra teve papel fundamental ao endossar essa cultura, seja investindo em frigoríficos e tecnologia de produção, seja fomentando o consumo de carne aliado a um discurso de democratização e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. A ingerência inglesa nessa economia, era constantemente referida pelos pecuaristas argentinos e em 1910 podem ser lidos na *Revista da Sociedad Rural Argentina* muitos artigos como “La industria de carne de frigorífico en la republica argentina” no qual se destaca o consumo pioneiro de carne congelada por parte da Inglaterra (desde 1880) e elenca as vantagens da importação de carne por este país. Dentre essas vantagens se destaca o barateamento do produto que começava a tornar-se gênero de primeira necessidade entre os operários, enquanto que no continente a carne ainda era artigo de luxo.^{xii}

Nesse mesmo artigo e em outros congêneres analisados fica também evidente uma reconfiguração na economia pecuária que estava reverberando as mudanças do período: a distinção entre a produção de carne (gênero alimentar) e a produção de touros e matrizes reprodutores (incremento tecnológico). À medida que o mercado se especializava, refletindo essa distinção entre criadores de gado de corte e criadores de reprodutores, a zootecnia também passava a separar os conhecimentos sobre abate precoce dos animais de corte, daqueles conhecimentos relacionados ao refinamento genético. O que será discutido nesse artigo é o alcance das mudanças ocorridas nessas atividades produtivas, que começam a operar incrementos tecnológicos e mercados distintos, em grande medida traduzindo as mudanças na geopolítica de um mundo em guerra. Por um lado serão analisados alguns dos efeitos da indústria de carne congelada e resfriada, que se intensificou na Argentina no início do século XX, sobrepondo, mas não substituindo, a indústria de carne salgada. Por outro, será analisada a perda do monopólio inglês do fornecimento de reprodutores para os pecuaristas da Argentina e do Brasil.

No começo do século XX esses dois países, ao lado da Austrália, Estados Unidos e em razoável proporção o Uruguai são pensados como as grandes potências fornecedoras de carne para um mundo cada vez mais carnívoro. No entanto o consumo de carne não estava cotidianizado, tampouco era consenso sua excelência protéica. Joaquim Carlos Travassos, em suas *Monografias Agrícolas* – raríssimo exemplar de pensamento agrícola brasileiro publicado em 1903 e tornado desde então referência nos

cursos de agronomia – classifica os alimentos em plásticos (“que produzem a musculatura a força da vida, e a inteligência”) e os respiratórios (“que fornecem calor ao organismo por intermédio da respiração que é uma combustão”). Para o autor seriam alimentos plásticos aqueles que concentravam os princípios protéicos. O termo proteína é, aliás, curiosamente explicado por Travassos como sendo derivado do nome do “deus Protheo da Mithologia, o qual se atribuía o poder de mudar de forma de uma infinidade de modos”. No entanto ele observa que são nas gramíneas e nas leguminosas onde se encontram a maior parte dos alimentos protéicos – as leguminosas podem ser até 5 vezes mais proteína que a carne bovina – fazendo referência até à soja e ao queijo de soja que os chineses faziam, o que o leva a questionar esse recente apelo à carne enquanto principal fonte protéica. Travassos explica o consumo de carne e conseqüente investimento na indústria pastoril em termos econômicos e políticos e não em termos nutricionais:

“a indústria pastoril é das que mais tem concorrido para a riqueza e prosperidade dos países novos, e devido a ela a Austrália em menos de um século transpôs a barreira que a separava da barbárie, e o Rio da Prata vai culminando entre as repúblicas sul-americanas, e como nenhum outro país está melhor dotado que o nosso para esse grande cometimento, e pondo de parte as restrições de consciência que não nos fanatizam, para antes de tudo deixar falar o patriotismo e o desejo ardente de ver esta pátria livre do marasmo em que vive, vamos, por um esforço muito acima das nossas aptidões e conhecimentos, dizer o que sabemos sobre o modo de desenvolve-la.”^{xiii}

Nesse trecho se observa que além de ser incerta a qualidade protéica da carne bovina, havia também “restrições de consciência”, mas esses motivos não arrefeceriam a indústria pastoril já que o incentivo a essa economia era uma questão de patriotismo. Ademais, o comentário de Travassos evidencia que a comparação com o exemplo platino tinha a intenção de robustecer a pecuária brasileira do ponto de vista industrial o que faria o Brasil avançar em uma etapa fundamental do capitalismo, necessária inclusive para transpor a barbárie e civilizar-se.

Em razão do aumento no consumo de carne o mercado de reprodutores bovinos passa a ter destaque e alguns países vão se especializando nessa produção, à exemplo da Inglaterra. Este país, propulsor do sistema econômico cujo colapso foi pensado por Polany, teve papel central nesse mercado porque desde o século XIX era o fornecedor das raças de gado consideradas excelentes para corte sendo por isso paradigma de modernização da pecuária, uma situação que vai mudar sensivelmente no início do século XX. Se na Argentina as raças inglesas realmente foram a base da expansão ganadeira e no Brasil muitos vetores de modernização também se basearam em raças inglesas, houve exceções importantes como a região brasileira do Triângulo Mineiro e importantes fazendas no Estado do Rio de Janeiro que investiram em reprodutores zebus, de origem indiana.

Mesmo na Argentina a diversificação dos países que passam a comprar suas carnes congeladas ou resfriadas parece ter criado uma necessidade de variar a genética predominante no rebanho. É o que sugere o artigo “Razas de ganado para carne: variedades que debemos importar” no qual o autor defende que a Argentina deveria variar as raças de gado para corte porque os britânicos já não eram os únicos importadores e Itália, Áustria, Suíça e Portugal tinham outras “exigências de paladar”, explicando que:

“Com excepción de la Gran Bretaña, los consumidores tienen preferencia por razas de animales que no almacenen grasa en pelotones, y en caso de tener estas predisposiciones al engorde, que se haga llenando los espacios interfibrilares, constituyendo la carne de músculos marmorizados o ‘persillee’”^{xiv}

O artigo segue defendendo que o Ministério da Agricultura deveria estimular a criação de outras raças bovinas que não sejam as inglesas Durhan, Hereford e Polled Angus, fazendo apologia da raça francesa Charolesa que se caracterizava por ter “mucha carne e poca grassa requerida por los nuevos mercados de nuestro produto”.

É importante observar que o contexto argentino em 1910 era de um país que já tinha desenvolvido a tecnologia da carne congelada, resfriada, enlatada, e mesmo o *baby beef* que abreviava ao máximo o tempo de produção da carne. Isso significava que novos padrões de produção estavam surgindo e novas tecnologias que dessem suporte a essa produção também. Não obstante diferença entre Brasil e Argentina na inserção da economia pecuária no modo de produção capitalista e no mercado internacional, é possível estabelecer uma comparação tendo como mote o papel do incremento tecnológico, sobretudo refinamento racial, nesse processo.

Nesse quesito, se faz necessário uma reflexão sobre a velocidade com que uma tecnologia agregada influencia no modo de produção e vice-versa. Análise dessa questão muito interessante é a de Carmen Sesto que organizou um dos volumes da coleção *Historia Del Capitalismo Agrário Pampeano* e escreveu vários artigos sobre o tema.^{xv} Em sua análise Sesto questiona a periodização tradicional da história argentina que ao adotar como marcos os incrementos tecnológicos desconsidera a especificidade de cada tecnologia, e o tempo de adaptação necessário para que a introdução de um gado de raça, por exemplo, signifique uma mudança no sistema produtivo. A autora observa que uma abordagem descuidada não considera a diferença fundamental entre o melhoramento genético ovino e bovino, cujas diferenças no ciclo biológico (maior no caso bovino) significa um outro tempo de adaptação tecnológica e de conseqüente mudança no sistema produtivo.^{xvi}

Nesse sentido a primeira crítica de Sesto é à historiografia “tradicional” feita por Prudencio de la Cruz Mendoza, Horacio Giberti e Ricardo Ortiz, que até meados de 1950 considerava a dinamização da economia vinculada a alta produtividade ganadeira e esta como resultado direto da demanda dos frigoríficos que se estabeleceram a partir de 1895 (mercado internacional). O argumento apresentado por Sesto é que a especialização racial antecede a demanda internacional e por isso o incremento tecnológico – a incorporação de raças bovinas europeias entre 1856 e 1900 – estava atendendo a outra demanda e refletindo algo que a autora não indica diretamente, mas sugere: uma predisposição cultural àquela mudança.

A autora observa que pensar o refinamento *vacum* apenas enquanto mudança de raças veicula o pressuposto equivocado de uma “zootecnia neutra” de interesses. No entanto “cada um dos aumentos produtivos é resultado de situações nas quais tiveram que tomar decisões cruciais, que afetaram a estrutura do sistema produtivo”.^{xvii} No intuito de revisar as conexões automáticas entre incremento tecnológico e aumento produtivo enquanto um processo contínuo e evolutivo, a autora salienta também que:

"este processo não é automático, porque para que todos esses novos segmentos tecnológicos se complementassem e coincidissem até formar uma tecnologia, necessita de um agente social condutor: o grupo de

fazendeiros que chamamos vanguarda, um setor que adquire sua identidade por essas mesmas escolhas estratégicas." ^{xviii}

A preocupação central de Carmen Sesto parece ser desnaturalizar a idéia de modernização, notando as várias temporalidades das várias tecnologias que se agregam e vão futuramente gerar incremento produtivo. Nesse sentido adota a idéia de vanguarda, baseada em Joseph Schumpeter, e rechaça as explicações de que a elite ganadeira argentina tinha "comportamento rígido e pré-moderno", argumentando que não houve resistência ao processo de incremento tecnológico, ao contrário este foi um processo rápido no qual os estancieros tiveram um papel relevante e aproveitaram a experiência dos pioneiros ingleses e a tecnologia de refinamento dos ovinos.

Para captar essas dimensões Sesto propõe uma nova periodização de criação de uma tecnologia, baseada nos modelos de transferência tecnológica de Ruttan-Hayami que considera quatro etapas: 1) incorporação do produto melhorado (importação de novas raças bovinas) e novos métodos de produção, 1856-1873; 2) produção de raças puras por cruzamento, que também significou adoção de novos maquinários e outra disciplina da mão de obra, 1873-1887; 3) criação de uma tecnologia própria sustentada pelo mercado interno, reorganização do trabalho e aparição de um novo sistema gerencial, 1887-1895; 4): "adoção da tipificação internacional para a produção de novilhos"- 1895-1900. Pensar nessas quatro etapas ajudaria a redimensionar os efeitos do sistema produtivo, da mudança racial, da vanguarda e do mercado.

Nessa linha de argumentação a autora enseja a reflexão sobre um processo semelhante de refinamento bovino brasileiro que acontece desde o início do século XIX no sul do país e no início do XX na região sudeste. Para pensar o caso brasileiro, a crítica de Carmen Sesto em relação a uma periodização que ignora a dinâmica interna – o processo de adaptação tecnológica, bem como o consumo/mercado interno – parece valer ainda mais já que para além do mercado internacional estava em questão a criação e distinção de uma elite que desejava para si o título de patrona do rebanho nacional. Havia uma grande área economicamente “vazia” no oeste brasileiro propícia a ser povoada de boiadas, na visão dos contemporâneos. Estados como Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, e, principalmente, o sertão nordestino necessitavam de um gado rústico que resistisse a altas temperaturas e às “epizotias tropicais”, ao que o gado europeu era altamente suscetível. Propalando esse argumento os fazendeiros do Rio de Janeiro e da região do Triângulo Mineiro (extremo oeste de Minas Gerais) iniciaram uma campanha pela importação de reprodutores indianos. Campanha exitosa, hoje o rebanho zebuino é parte fundamental da paisagem dessa região e as famílias de fazendeiros que iniciaram o refinamento bovino a partir dessa nova matriz genética continua com o status de pioneiros, de vanguarda da pecuária nacional que salvou o rebanho brasileiro do “linfatismo” a que estava condenado.

A segunda crítica de Carmen Sesto é à historiografia feita entre 1960 e 1990, cujas visões dependentistas, desenvolvimentistas, neoclássica e de transferência tecnológica seguem utilizando a periodização "tradicional" mas ignoram a questão das inovações tecnológicas, centrando a explicação no avanço da economia ganadeira no uso extensivo da terra (vantagens comparativas naturais) como suporte para os riscos dos altos investimentos. As duas historiografias criticadas por Sesto incorrem no problema de trabalhar com uma perspectiva de "transição" de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, e valorizar a industrialização, por isso utilizam o marco do ano 1900 com os frigoríficos. No entanto a autora defende que a questão do refinamento genético bovino não pode ser captado nas análises cujo objetivo é entender apenas o desenvolvimento econômico argentino.

Nesse ponto vale a pena retornar um pouco para o contexto do início da expansão ganadeira argentina. Quando Ellen Wood critica o chamado modelo mercantil de explicação das origens do capitalismo, em seu excelente estudo *As origens do capitalismo*, ela o faz criticando o fato de que “nessas argumentações, o capitalismo representa menos um rompimento qualitativo com formas anteriores do que um maciço aumento quantitativo”.^{xix} Transpondo o raciocínio para pensar o desenvolvimento da pecuária na Argentina, nota-se que na interpretação de Halperin Donghi a expansão ganadeira argentina a partir de 1810 não teria sido marcada pela concentração de terras, mas pela ampliação dos estabelecimentos ganadeiros, ampliação esta ensejada por profundas mudanças no consumo e no mercado local.^{xx} Donghi também redimensiona o papel dos comerciantes ingleses e coloca este fator ao lado da expansão agrária, das novas configurações do mercado local, da guerra civil pós-independência, que definiram juntos o novo perfil da produção pecuária (quantidade e qualidade), mais talvez do que fatos como as oscilações de preços e demandas no mercado mundial. Conclui assim que as mudanças não podem ser creditadas apenas à ingerência de comerciantes ingleses, ou seja, um fator exógeno que rompe os grilhões que emperravam o desenvolvimento pleno do “capitalismo agrário pampeano”. O argumento que ele tece é que essa presença estrangeira não se deu dissociada da classe terratenente tradicional, que foi justamente esse entrelaçamento de comerciantes ingleses e argentinos que criou os novos mecanismos econômicos que geraram e fortaleceram essa classe – uma nova elite rural, “sin arraigo tradicional en el campo”, muito mais vinculada com a classe política e urbana e com interesses diferentes dos grupos tradicionais. Nesse sentido Donghi parece ter observado uma mudança “qualitativa” na origem do capitalismo pampeano.

Ellen Wood critica também o viés tecnológico que emerge das narrativas que reiteram o modelo mercantil, exemplificando na sociologia histórica protagonizada por Michael Mann, que situa o desenvolvimento europeu no “progresso tecnológico e na expansão mercantil” o que supõe que o sistema capitalista decorre de uma “série de ausências” do sistema anterior. Redimensionar o papel da tecnologia é tão importante quanto redimensionar o papel do comércio na origem do capitalismo, ou o que interessa mais de perto nesse texto, o papel do comércio e do mercado na transformação do capitalismo mercantil para o industrial. No caso da história da pecuária na Argentina e no Brasil há uma mudança sensível e qualitativa nessa atividade quando ela se integra ao mercado internacional de carne, em grande medida porque isso reforçava o papel dos países colonizados na divisão internacional do trabalho. Uma das críticas mais contundentes de Ellen Wood ao modelo mercantil, cujos aspectos “neo smithianos” se reiteram mesmo nas narrativas marxistas, é a concepção de mercado enquanto *oportunidade* e não enquanto *imperativo*. Essa concepção sustenta uma idéia equivocada de aumento da liberdade e oportunidades associada ao liberalismo, enquanto que a prática econômica que está na engrenagem do capitalismo obriga ao comércio em larga escala e define um sistema econômico específico. É possível dizer, acompanhando o raciocínio da autora, que o comércio mundial foi uma condição necessária para a mudança qualitativa na produção pecuária, mas não suficiente.

Na costura dessas abordagens fica a sugestão de que embora não se possa negar que o desenvolvimento das relações capitalistas a partir do século XIX esteve indubitavelmente relacionado a modernização, o olhar sobre a economia ganadeira, cuja intersecção rural e urbana é premente e enriquece a análise, mostrando o quão mais complexa e multifacetada é essa modernização. Nesse caso ela se traduziu em refinamento genético – mudança no padrão racial e no sistema produtivo correspondente –, em vanguarda empresarial, fazendeiros e trabalhadores que se inserindo em uma nova lógica produtiva funcionaram como “agente social condutor” e

em um mercado ampliado *imperativo* que posteriormente passa a ordenar as demandas produtivas. Todos esses aspectos contribuíram para uma mudança qualitativa na produção pecuária que passa a desenhá-la enquanto economia capitalista.

É importante observar que muito embora tivesse havido distinção entre o mercado de carne para consumo e o de reprodutores, esses dois mercados vão se tornando cada vez mais conectados e interdependentes economicamente. Quando o monopólio inglês do mercado de reprodutores começa a ser ameaçado pela preferência argentina por animais com menor taxa de gordura interfibrilar para produção de *baby beef* e pela preferência brasileira por um gado com maior adaptação climática (o zebu indiano) isso reflete imediatamente no mercado de carne, já que a Inglaterra ainda era a principal articuladora desse mercado, seja no armazenamento (frigoríficos), seja no transporte. No artigo “Exportacion de ganado em pie” é comentado o decreto inglês que define o fechamento dos portos britânicos ao gado argentino que fez cair de 312.150 bois exportados em 1899 para 150.550 em 1900, ou seja, menos da metade. Esse número se recupera um pouco em 1905 (262.681) quando ficam suspensas as proibições inglesas.^{xxi}

Essa proibição de entrada da carne argentina na Europa via portos ingleses com o argumento da febre aftosa que acontece em 1900 coincidiu exatamente com o momento em que a Argentina deixa de dar exclusividade aos reprodutores bovinos ingleses, o que sugere algum tipo de retaliação. Essa proibição teve um duplo efeito econômico certamente previsto e calculado pelos contemporâneos na época: o de fortalecer os frigoríficos, já que a proibição era ao gado em pé e não à carne congelada ou resfriada, e o de pressionar para que a Argentina voltasse a comprar os touros e matrizes das raças inglesas, sobre os quais haveria maior controle de “qualidade”. Como se vê, ambos efeitos eram economicamente interessantes para a Inglaterra.

Por essas e outras o ano de 1900, mais do que representativo da “era dos frigoríficos” para os países produtores de carne para consumo, foi também o ano em que um país como a Inglaterra tentava se manter como eixo do mercado de reprodutores, touros e matrizes, e necessitava evitar riscos nesse mercado. Quando em 1919 a Inglaterra impõe bloqueio semelhante para a carne congelada brasileira, também usa argumentos de controle sanitário, mas termina por explicitar o desejo de que o Brasil devia voltar a importar os reprodutores “finos” ingleses e chega a pedir para o governo brasileiro proibir a importação e a circulação em território nacional do gado indiano.

Portanto é preciso considerar a formalização da produção e do mercado de touros e matrizes como um novo elemento a matizar as relações comerciais. O mercado de reprodutores correspondia à tecnologia de melhoramento genético, fundamento da modernização pecuária do período e normalmente “fornecida” pelos países europeus, em especial a Inglaterra, mas ela podia ser produzida também nos países periféricos invertendo a lógica da divisão internacional do trabalho (DIT).

Alguns processos que se tem narrado como contíguos ao se aproximar das fontes não aparecem assim. É o caso da constante relação que a literatura faz entre estabelecimento dos frigoríficos e modernização da pecuária. Nos *Annales de la Sociedad Rural Argentina* consta um debate em que se coloca claramente as exigências dos frigoríficos como contrários aos esforços dos criadores de refinar o gado já que os custos com a importação de bons reprodutores, os cuidados extras que exigiam um animal estrangeiro e os custos de realizar exposição que divulgassem o animal e os fazendeiros associados à criação daquele animal, não eram compensados pelas vendas ao frigorífico que pagavam indiferenciadamente pelo quilo de carne. No texto supracitado “Concurso de animales gordos” o autor analisa os efeitos das exposições e dos concursos de animais que se intensificam nesse período, e se queixa que os preços

da carne congelada estavam sendo fixados independente da qualidade racial dos animais. Diz que os frigoríficos:

“sin interes por animales cebados, pagaba por los que se presentaban à exposicion los mismos precios que se pagaba em la estancia por los novillos à campo: tanto el kilo de carne viva.(...) Los intereses de los frigorificos, cuidados com um critério poço amplo, limitaron los precios al valor comercial del tipo de plaza y mataron la iniciativa”^{xxii} (p.54)

Além disso, nos periódicos da época vê-se os contemporâneos dizerem que para a industria de carne salgada não eram apreciados o gado de raça porque eram mais suscetíveis à doenças, sendo preferível o gado crioulo. Para carne congelada melhor eram os animais de raça, mas mesmo aí não eram indispensáveis. Ao que tudo indica foi a indústria do *baby beef* – que não substituiu as outras, mas coexistiu – que fez imprescindível o gado de raça já que esse produto necessitava de uma garantia de carne nos primeiros meses de vida. É possível que apenas a recente prática de abate precoce dos animais tenha realmente dado sentido para o uso comercial do gado europeu, que abatido muito jovem não ocorria o grande problema das doenças de aclimação. Portanto o discurso elaborado a *posteriori* de que se deveria refinar as raças - leia-se importar gado europeu sobretudo ingles - como forma de atender às exigências dos frigoríficos estava mudando e já não correspondia aos cálculos econômicos reais da época. Havia sim, dois mercados distintos e com interesses específicos - o de carne e o de reprodutores – que se tocavam por sua natureza interdependente, mas que não tinham uma conexão automática. Os critérios racionais, científicos e modernos da pecuária que impeliam para a industrialização do setor era um campo de disputa onde cabiam muitos discursos e nem de longe era marcado por um único vetor.

Para entender o vínculo entre esses mercado, é interessante retomar a análise do artigo supracitado publicado na revista da *Sociedad Rural Argentina* em 1910 que ao divulgar os avanços econômicos decorrentes da industria de carne congelada e resfriada minimiza os efeitos sobre a indústria de carne fresca inglesa. Embora tivesse havido um aumento significativo na exportação de carne congelada da Argentina para a Europa em 1883^{xxiii}, o autor do artigo afirma que a pecuária inglesa não seria prejudicada porque:

el refinamiento à que han llegado em Inglaterra las raças de abasto hace de este país el mercado casi único à que deben recurrir los países exportadores de carne para mejorar sua ganados (...) Ademas, Australia, Nueva Zelandia, Uruguai, Chile, etc, compran sus reprodutores em Inglaterra y tal es la demanda, que los animales juvenes, que hace algunos anos se mandaban al matadero, son conservados e preparados para exportacion.^{xxiv}

Percebe-se nesse trecho a confiança de que a Inglaterra sairia ileso dos avanços na economia pecuária Argentina, principalmente apoiando-se em sua especialização no mercado de reprodutores. No entanto cruzando essa passagem com os decretos de bloqueio às carnes argentina e brasileira nos portos britânicos, nota-se também a necessidade de proteger e regular esses mesmos mercados. Fausto e Devoto em seu estudo comparativo das economias da Argentina e Brasil, observam que não obstante a proeminência do capital inglês, o início do século XX é um período de inversão de investimentos, da Inglaterra para os Estados Unidos, sendo que no Brasil essa inversão é ainda mais acentuada. É um ponto de inflexão bastante significativo que coincide com a curva descendente da economia ganadeira na Argentina e ascendente no Brasil. Enquanto na Argentina a época áurea, a grande expansão ganadeira se esvai, no Brasil é

quando a pecuária começa de fato se tornar uma questão de Estado, como será discutido no próximo item. Isso também deve ter desestabilizado a atuação britânica, inclusive ajudando a matizá-la enquanto detentora das raças bovinas mais “finas” e paradigma de criação racional e científica.

Pecuária brasileira, uma questão de Estado na Primeira República. Quem olhava para a Argentina e por que?

Como foi anunciado no início do texto o propósito maior da comparação entre a Argentina e o Brasil é entender diferentes projetos de modernização para a pecuária, em especial a diversidade de discursos veiculados pelos pecuaristas do sudeste brasileiro, que em grande medida tinham a Argentina como modelo.

A República brasileira é proclamada em solo fértil de café. A última década do século XIX acompanha o declínio da cafeicultura do Vale do Paraíba fluminense e assiste a franca expansão no oeste paulista. O café vai-se definindo como economia de exportação central do Brasil, sendo subsidiárias outras produções não menos importantes, como a da borracha, do algodão, da cana-de-açúcar e a pecuária.

Enquanto na Argentina do início do século XX a pecuária enquanto indústria já podia ser considerada ótima, no Brasil a pecuária estava apenas começando a tornar-se um “assunto de Estado”. Segundo Sonia Mendonça, o Ministério de Agricultura Indústria e Comércio-MAIC, criado em 1909, apenas em 1913 passa a ser gerido e aparelhado pelos grupos rurais não hegemônicos, ou seja, pelo que ela chama de frações dominadas da classe dominante rural, na qual os pecuaristas estavam alocados.^{xxv} Na Argentina, ao contrário, o grupo dominante e o motor de desenvolvimento econômico inclusive industrial era a “vanguarda ganadeira”, em seu movimento de expansão desde 1810 e de refinamento tecnológico a partir 1856.^{xxvi}

Um dos projetos da pecuária brasileira que se baseou na comparação com a experiência argentina foi veiculado em grande medida pelos fazendeiros e zootecnistas da Sociedade Rural Brasileira, não por acaso homônima da *Sociedad Rural Argentina*. A SRB, criada em 1919, tinha um claro objetivo de equiparar a pecuária brasileira à argentina, tanto sim que um ano após sua fundação Eduardo Cothing, um dos seus diretores, afirmava em Assembléia Geral que:

“Foi no mês de maio de 1919, que, impressionado pelo ardente desejo de ver um dia a indústria agro-pecuária no Brasil tornar-se uma realidade, como de fato o é na República Argentina e sob a impressão do papel que exerce a poderosa Sociedade Rural Argentina, podendo-se quase afirmar ser ela a propulsora da expansão econômica da grande nação amiga, sugeri a idéia de se criar em nosso meio a Sociedade Rural Brasileira, que conta hoje o seu primeiro ano de existência.”^{xxvii}

Sobre os rumos da pecuária nacional o artigo publicado nessa mesma revista, em 1919, “O problema da criação no Brasil” é bastante indicativo do tipo de diretriz de modernização que esse grupo paulista desejava adotar. O autor argumenta que se deve usar, como na Argentina, a divisão de “pastos duros ou naturais e pastos moles ou artificiais” – os primeiros destinados aos animais cruzados com fins frigoríficos e os segundo, pastos moles,

“servirão para a criação do gado estrangeiro cruzado com o nacional [puros por cruza], podendo-se em certa condição chegar imediatamente ao puro sangue, desde que haja importação de vacas da mesma raça que a dos reprodutores, sendo neste caso uma verdadeira transplantação do habitat do gado importado”.

Portanto esse grupo visava especializar-se na produção de reprodutores, touros e matrizes para suprir a demanda nacional e exportar. Para tanto investiam em “seleção” genética, um procedimento zootécnico que vinha sendo realizado pelo governo através da Diretoria de Industria Animal, e desejavam também investir no “cruzamento” outro procedimento zootécnico que “necessita de uma importação constante de reprodutores da Europa, como fizeram os argentinos”.

Mas eram ainda mais ambiciosos os intentos dos pecuaristas de São Paulo. Além de fornecedores de touros e matrizes, desejavam também impor-se como os articuladores nacionais do comércio de carne e de reprodutores. O autor do artigo segue afirmando que esse Estado deverá representar dois papéis importantes na pecuária nacional:

“A) o da criação de reprodutores de raça européia pura por transplantação ou pura por cruza, para fornecer reprodutores para todo o Brasil, podendo esta mesma industria ser realizada como de fato o é, nas fazendas de café, onde existem já pastagens artificiais e instalações apropriadas para a criação em menor escala. B) Fazer surgir pastagens artificiais nas terras de segunda categoria, cobertas por matas, para nelas proceder à engorda das boiadas partidas de Mato Grosso em direção aos frigoríficos, pois no Estado, 15% da sua área acham-se aproveitadas com a lavoura do café e pequenas outras culturas, e sendo esta imensa região servida e recortada por estradas de ferro e dotada de todos os recursos de uma zona civilizada, está ela apropriada a uma indústria promissora, como a da valorização dos rebanhos, além de estar à meia distancia dos frigoríficos e do Far West brasileiro” (p. 18).

Em outros dois artigos vê-se que a SRB nasce com o claro intuito de desenvolver essas atividade e torná-la industrial especialmente na aliança com os frigoríficos. Além dos problemas de transporte diz que o Brasil tem que reverter a propaganda negativa da carne brasileira, sobretudo feita pela própria Inglaterra que critica ferozmente a qualidade “azebuada” da carne brasileira, ou seja, a matriz zebuína, o gado indiano, que já se disseminava pelas fazendas de gado. O autor de um dos artigos, Fortunato Pimentel, acredita nesse discurso, tanto sim que afirma:

“a inferioridade das nossas carnes, constitui na tormenta comercial contra nós pregada pelos nossos próprios compradores; em parte tem eles razão. Para neutralizar tais efeitos não é somente necessário importar o gado inglês de raça como ‘shorthorns’, ‘herefords’, ‘devons’ ‘polled angus’, etc. Precisamos aduzir muito mais, que consiste o melhoramento intensivo de nossos campos. Foi por esse melhoramento que os argentinos fizeram em 20 anos aquilo que os ingleses levaram cem”.

Na segunda década do século XX a disputa pelo mercado de reprodutores se acentua ainda mais revelando um dos efeitos da industrialização da pecuária que estava longe de reforçar os papéis tradicionalmente impostos pela DIT, no qual países como a Argentina e Brasil deviam exportar carne e importar tecnologia de um país como a

Inglaterra. Além desse grupo paulista cujo projeto de industrialização pecuária incluía abocanhar o mercado de reprodutores e instabilizar essa lógica – ainda que baseado na matriz genética européia e na experiência argentina – houve também uma outra “vanguarda ganadeira”, que do extremo oeste de Minas seguiu para a Índia em busca de touros e matrizes zebuínas e terá papel central nos rumos da pecuária nacional, que atualmente conta com 85% de bovinos de sangue zebu.

É importante observar que o afã comparativo com a Argentina vinha não apenas da proeminente pecuária desenvolvida naquele país, mas principalmente de uma concepção de ciência *prática*, empírica, em oposição à ciência *teórica*, que se tornava corrente entre os criadores e zootecnistas de São Paulo e onde irão se assentar as diretrizes das principais escolas de nível superior agrícolas, à exemplo da ESALQ. No segundo número da revista, de maio de 1920, em uma sessão denominada “Notícia para os annaes” o autor afirma que:

“O que mais interessa a todos são as notícias. O homem do campo, o homem de negócios, não aprecia a leitura de longos artigos cheios de citações. (...) Esperamos, pois, nos enviem notícias de tudo o que houver de interessante no assunto, tais como: descrições de melhoramentos e obras em fazendas, compras de gado, importação e exportação de gado e produtos agrícolas, colheitas, resultados obtidos na exploração agrícola, etc, etc. (...) Interessa-nos mais a notícia acompanhada de fotografia, que tal criador possui um belo lote de novilhas, que comprou tal fazenda, que iniciou a criação de porcos, colheu tanto de algodão, de café, de fumo.”

Trechos como esse denotam uma mudança no tipo de modernização rural adotada em São Paulo. As revistas da Diretoria de Industria Animal, importante difusora de novas diretrizes da pecuária na década de 1910 publicavam as teses de seus sócios e pouco espaço dedicavam para as experiências concretas nas fazendas, o que muda sensivelmente nesse período. Denota também que esse mundo íntimo das fazendas tinha que ser revelado agora, não era mundo privado, era preciso criar e fazer conhecer esse *metier* pecuarista

O círculo pecuarista de São Paulo orbitou muito mais em torno da Secretaria de Agricultura, estadual, do que em torno do Ministério de Agricultura, federal. Para esse círculo a Argentina era o alvo especial de comparação com o Brasil. No início do século XX, particularmente na segunda década, este país povoa o discurso sobre a Industria pastoril brasileira justificando investimentos públicos nesta atividade, tanto por comparação geográfica, de clima e condições naturalmente favoráveis à criação ganadeira, quanto pelo risco de uma concorrência avassaladora que sufocaria a tímida e recalcitrante industria brasileira que já sentia os bons frutos que dela poderiam advir. Do Brasil eram enviados pecuaristas, agrônomos e zootecnistas em caráter de missão de pesquisas para o vizinho platino.

Um desses enviados foi Eduardo Cotrim, agrônomo brasileiro que visitou a Argentina em 1912 e fez um estudo comparativo com a realidade ganadeira brasileira. Já de início assume ar otimista dizendo “não conheço exemplo mais digno de imitar-se e nem incentivo mais poderoso para o movimento que se inicia no nosso país”.^{xxviii} Contrastando os censos agropecuários de 1895 e de 1909, ele observa o enorme crescimento econômico que teve esse país e o credita a exuberância dos pastos e ao melhoramento do gado “que determinou o quase desaparecimento do gado crioulo, substituído pelos de alta mestiçagem e pelos puros...”. Explica também esse crescimento pela intensificação da exploração da terra, e compara com o Brasil no sentido de chamar

a atenção dos dirigentes para a “necessidade de dar o devido aproveitamento às terras abandonadas que possuímos, sobretudo nas zonas dos extintos cafezais e nela introduzir a melhor e mais adequada raça de carneiros, cercando-os dos cuidados precisos e acompanhando a evolução das moléstias que aqui necessariamente tem de aparecer.”

A contribuição do estudo de Cotrim repousa, sobretudo na definição de criação racional, identificada com refinamento genético, a partir do cruzamento com reprodutores europeus, um modelo que Cotrim vê em perfeito desenvolvimento na Argentina. Fica claro ao ler esse texto que para concretizar esse paradigma de criação racional, também chamada industrial, era necessário a institucionalização dos interesses agropecuários através do fortalecimento das associações rurais e o amparo seguro do governo que é chamado como responsável pelo financiamento das importações, aclimatação do gado em fazendas experimentais, realização de feiras e exposições de animais, suporte do saber agrônomo e alto controle sanitário. Para este agrônomo, autor de obras de ampla circulação entre os fazendeiros de gado do sudeste, como *A Fazenda Moderna*, aos criadores “modernos” restava, portanto, adotar os animais “puro sangue” europeus, de preferência as raças inglesas, e cercar suas propriedades para evitar o cruzamento aleatório, já que “os animais deixados em liberdade, passavam de uma propriedade à outra, cruzavam-se e multiplicavam a gosto”.

O pensamento econômico de Eduardo Cotrim é referendado pela monografia de Heriberto Gibson, *La evolucion ganadera*, publicada conjuntamente com o censo agropecuário de 1908. Cotrim dedica uma parte do seu relatório a reconstituir a história da indústria pecuária na Argentina. Para tanto se baseia nesta obra de Gibson para escrever uma narrativa progressiva e evolutiva, apresentando o período anterior à emancipação como uma fase de pecuária sub-aproveitada, na qual só o couro era usado comercialmente. A primeira tentativa de “aproveitamento completo da rez” data de 1796 com a chegada dos irlandeses “recrutados à Companhia Baleeira” que implantaram um “sistema aperfeiçoado de salgar e conservar a carne e para derreter e refinar o sebo”. Um dos principais marcos se coloca na revolução de maio e na Independência, onde se dá a “abertura do portos e liberdade de comércio de exportação”, quando há expansão ganadeira para o sul, introduz-se ovelhas e exporta-se lã. O outro grande marco teria sido a assunção do jovem estancieiro D. Juan Manuel Rosas, após o que se introduz as cercas de arame e as estradas de ferro que irão auxiliar o desenvolvimento da pecuária. Mas o período em que define como de *boom* pecuário é a partir de 1895 e a explicação para este período reside especialmente no refinamento *vacum*

“A iniciativa dos criadores que primeiro importaram reprodutores para o melhoramento de seus rebanhos teve de se chocar com o elemento conservador, sempre presente para trazer o contrapeso de sua oposição. Os criadores viram com receio o cruzamento do gado importado com o gado crioulo conhecido e aclimatado, da mesma forma que nós vamos encontrando a controvérsia estabelecida pelos conservadores, que acham que o nosso gado deve ser melhorado pela seleção e que o cruzamento é um erro, ou pelos retrógrados, que entendem que melhorar o gado nacional é cruzá-lo com o zebu, porque esse é mais selvagem e por isso mais resistente.”.

Nesse trecho percebe-se exatamente o motivo comparativo com a Argentina: identificar no gado europeu o mote de modernização e criticar as posturas conservadoras e retrógradas dos fazendeiros que podem resistem a esse processo, ou seja, os entusiastas do gado indiano, zebu. A Argentina de Cotrim é revelada como um

lugar que aposta no melhoramento do gado, porém, ou talvez por isso mesmo, “não se pensou jamais em recomendar ali o zebu (...) ao contrário a constância nos processos racionais de melhorar o gado, a confiança no êxito final e a coragem de arrostar os prejuízos inerentes à introdução dos reprodutores finos vai vencendo as dificuldades...”

O engenheiro agrônomo Eduardo Cotrim tinha ampla afinidade com o Ministério da Agricultura, tanto sim que estas “memórias” foram apresentada ao dr. Pedro de Toledo, então ministro da agricultura, indústria e comércio e suas obras foram de circulação obrigatória nas escolas agrícolas. Interessante é que Cotrim ao explicar o desenvolvimento econômico argentino, ligado a alta produtividade ganadeira, percorre pelos argumentos de incremento tecnológico, da exploração das vantagens naturais e do uso extensivo da terra, explicações que serão separadas pela historiografia posterior, como se viu na análise de Carmen Sesto.

Eduardo Cotrim interpreta a demanda econômica internacional da maneira como a historiografia posterior vai consagrar: o famoso decreto inglês de 1900 que fecha aos portos ingleses para importação de gado em pé da Argentina em razão de uma epidemia de aftosa foi um grande estímulo para a indústria dos frigoríficos. Com uma dose de ingenuidade contemporânea Cotrim não parece enxergar os interesses ingleses no comércio de reprodutores, de certo porque concordava e talvez até se locupletasse com esses interesses britânicos. Diferente, por exemplo, de Fernando Ruffier: paulista, sócio da SRB, porém entusiasta do gado zebu e que já nesse período investia na exportação de touros e matrizes zebus do Brasil para os Estados Unidos, em articulações escusas com os criadores do oeste de Minas. Ruffier percebe claramente essa ingerência e denuncia os interesses ingleses em vários artigos seus.^{xxix} Isso demonstra que as informações circulavam, mas eram selecionadas e veiculadas de acordo com os interesses particulares.

A indústria pecuária, como de resto qualquer indústria, não pode ser explicada apenas pelas oscilações de demanda no mercado externo, porque as variáveis internas (econômicas e sociais) pesam muito sobre a economia subsidiária, secundária. Tais economias, no mundo pós-colonial americano, não se iniciam pela necessidade imediata de exportação, mas é atravessada por ela. A análise de Sesto sobre a Argentina proporciona um olhar mais atento às estruturas internas e a recepção da tecnologia como explicação fundamental para delinear o tipo de mudança que estava acontecendo. Isso reforça a idéia de que não era uníssona a voz do progresso, tampouco da modernização, do melhoramento zootécnico e nem todo progresso estava atrelado a economia ou à indústria. Havia necessidades de poder e distinção pessoal que atravessavam essas lógicas. A análise dos pecuaristas do sudeste brasileiro mostra que a aposta em matrizes genéticas diferentes, europeia e asiática, revelava diferentes crenças na modernização, diferentes vias de empoderamento econômico e que a industrialização de qualquer setor não é progressiva, mas um campo de disputa de interesses. Isso enseja a reflexão sobre a expansão capitalista e sua suposta vinculação a uma modernidade uníssona. Pensar em circularidade e diversidade de matrizes científicas ajuda a considerar as estruturas pré-existentes de cada sociedade e o processo de recepção como necessariamente de reelaboração.

Apenas focalizando o sudeste brasileiro nota-se ao menos duas vias de modernização na pecuária que geraram duas estratégias de fortalecimento político. Tendo a Argentina como modelo, alguns grupos da elite rural brasileira pautaram seu projeto de modernização pecuária no refinamento genético de matriz européia e em uma

forte aliança com o Estado brasileiro. Outros grupos, como aqueles do Triângulo Mineiro, os quais foram abordados nesse texto apenas como contraponto, investiram recursos e discursos no gado de matriz indiana, o zebu, e foram em missão particular e sem apoio do Estado ao continente asiático adquiri-lo.

O lugar ocupado pela indústria pastoril na economia argentina e brasileira gerou tradições de estudos totalmente diferentes. No caso platino a indústria da carne esteve no centro das preocupações e por conseguinte toda historiografia centrada na questão do desenvolvimento econômico, seja ela desenvolvimentista, dependentista, marxista etc, também se dedicou a ela. No Brasil a pecuária não teve tal destaque econômico e talvez por isso recebeu pouca atenção da historiografia. Mas o Brasil vivenciou um processo muito semelhante de modernização na pecuária a partir do refinamento genético. Por isso a comparação pode ajudar a aprofundar a tese de Carmen Sesto sobre a necessidade de entender o incremento tecnológico, no caso o refinamento bovino, não apenas como mudança na estrutura produtiva, mas também como reveladora de um tipo de vanguarda rural que a veiculou.

Uma grande diferença que se impõe na comparação entre a Argentina e o Brasil é que para a Argentina a pecuária significava o centro da economia enquanto que para o Brasil era uma promessa política e economicamente ofuscada pelo café. O fato de que os dois países percorreram percurso semelhante embora com *delay* cronológico, dá sentido a observação dos historiadores Boris Fausto e Fernando Devoto de que as referências na Argentina sobre a pecuária brasileira tem uma conotação “saudosista”. Ao destrinçar a visão que esses países tinham de sua própria história no início do século XX, observa que enquanto a Argentina tende a lamentar o seu passado econômico glorioso, tentando entender onde erraram, o Brasil segue esperançoso no futuro, já que o passado vai-se condensando como a raiz de seus infortúnios: escravista, monocultor, pouco empreendedor, uma nação guiada por sua metrópole. Coincidência ou não, na segunda década do século XX esses países começam a referir-se mutuamente: Argentina olha para o Brasil temeroso de nosso potencial econômico na indústria da carne, seu principal motor econômico, e o Brasil, que ia além dos cafezais paulistas, tentando achar um novo eixo econômico, olha para a Argentina como exemplo de uma experiência ganadeira bem sucedida.

ⁱ Alfred Crosby. *Imperialismo Ecológico. A expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 160.

ⁱⁱ Marc Bloch. “Comparaison”. In: Etienne Bloch (org) *Histoire et Historiens*. Paris: Armand Colin, 1995, p. 93. (tradução minha).

ⁱⁱⁱ Maura O’ Connor. “Cross-national travelers: rethinking comparisons and representations”. In: Maura O’Connor; Debnora Cohen (orgs.). *Comparison and history. Europe in cross-national perspective*. New York; London: Routledge, 2004, pp. 133-143

^{iv} Sean Purdy. “A história comparada e o desafio da transnacionalidade”. *Anais do VII Encontro internacional da ANPHLAC*, Campinas, 2007.

^v Boris Fausto e Fernando Devoto. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

^{vi} Maria Verônica secreto. “Fronteiras em Movimento: o oeste paulista e o sudeste bonaerense na segunda metade do século XIX. História Comparada”. Tese de doutorado, Campinas: UNICAMP, 2001.

^{vii} De certa forma pode-se considerar o mesmo contexto na Argentina e no Brasil: o contexto de instauração da República que na Argentina coincide com a independência mas no Brasil só vai ocorrer com o fim do Império em 1889. De todo modo, como será oportunamente abordado, é preciso notar que houve diversas estratégias de modernização da pecuária que definiriam uma maneira peculiar de inserção capitalista brasileira no mercado de carne.

^{viii} Karl Polany. *A Grande Transformação As origens de nossa época*. 2ª ed., 14ª reimpr., Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

^{ix} As raças de gado inglesas de maior circulação na Argentina e no Brasil foram Polled Angus Durhan ou Shorthorn, Red-lincoln, Hereford, Devon (North devon e South devon), Sussex, Aberdeen-angus, a Red-polled (e o cruzamento Polled-Angus) e as leiteiras Jersey e Guernesey. Os mais importantes frigoríficos no Brasil eram de capital inglês, e havia também fazendas experimentais à exemplo da Brazilian Cattle. Na Argentina eram 7 frigoríficos e apenas dois de capitalistas locais, os demais de ingleses e norte-americanos.

^x Karl Polany. *A Grande Transformação*, p. 35.

^{xi} Idem., p.46.

^{xii} “La industria de carne de frigorifico en la republica argentina”. Texto publicado nos *Anales de la Sociedad Rural Argentina - Revista Pastoril e Agricola*. Numero especial XLV (nov e dez), 1910.

^{xiii} Joaquim Carlos Travassos. *Monografias Agrícolas. Vol. 1* Gado Vaccum. Ezoognozia e aptidões econômicas de cada raça. Rio de Janeiro, 1903, pp. 17 e 18.

^{xiv} “Razas de ganado para carne: variedades que debemos importar” Texto publicado nos *Anales de la Sociedad Rural Argentina*. Número XLVII, Vol. XLVI (jan/fev), 1912.

^{xv} Carmen Sesto. “La vanguardia ganadera bonaerense, 1856-1990.” Tomo II: “Historia del capitalismo agrario pampeano”. Buenos Aires: UB-Siglo XXI Editores Argentina, 2005. Além desse livro há um artigo que será mais particularmente referido aqui: Carmen Sesto. “Tecnología pecuaria y periodización: el refinamiento del vacuno en la Provincia de Buenos Aires entre 1856 y 1900: un intento de re-periodizar, incorporando como factor central de analisis el empleo de una tecnología de alta productividad”, *Redes. Revista de Estudios Sociales de la Ciencia*, Nº 16, Volumen 7, 2000.

^{xvi} São necessários 15 a 20 anos para se produzir bovinos puros por cruzamento, ou seja depois de recebida a nova tecnologia essa só gera efeitos produtivos de larga escala nesse tempo.

^{xvii} Carmen Sesto. “Tecnología pecuaria y periodización”. p. 21

^{xviii} Idem.

^{xix} Ellen Wood. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

^{xx} Tulio Halperin Donghi. “La expansion ganadera en la camapaña de Buenos Aires (1810-1852). In: DI TELLA, Torcuato S. e DONGHI, Halperin (orgs). *Los Fragmentos del Poder. De la oligarquia a la poliarquia argentina*. Buenos Aires: editorial Jorge Alvarez S.A., 1969.

^{xxi} “Exportacion de ganado em pie”. Texto publicado nos *Anales de la Sociedad Rural Argentina*. Numero especial XLV. (nov e dez), 1910

^{xxii} “Concurso de animales gordos” Texto publicado nos *Anales de la Sociedad Rural Argentina*. Numero especial XLV. (nov e dez), 1910

^{xxiii} A exportação de carne congelada argentina para a Europa principia em 1877 e so aumenta com a instalação do primeiro frigorífico em 1883. Em 1910 são 7 frigoríficos a maioria de capital inglês e norte-americano, apenas 2 de capitalistas argentinos.

^{xxiv} “La industria de carne de frigorifico en la republica argentina”. *Op.cit.*, p.70.

^{xxv} Sonia Mendonça. *O Ruralismo Brasileiro. (1888-1931)*. São Paulo:Hucitec, 1998.

^{xxvi} Sobre o primeiro movimento de expansão ganadeira ver DONGHI, Tulio Halperin. “La expansion ganadera en la camapaña de Buenos Aires (1810-1852). *Op.cit.*, Sobre o refinamento racial do gado e as novas tecnologias na produção pecuária ver Carmen Sesto. *História del Capitalismo Agrario Pampeano op.cit.*

^{xxvii} Fala de Eduardo Cothing registrada em ata da Assembléia Geral de 20/05/1920. Texto publicado dos nos *Anais da Sociedade Rural Brasileira*, ano 1, voll.

^{xxviii} Eduardo Cotrim. “Problemas da Industria Pecuária na República Argentina e estudo comparativo com o Brasil”. Rio de janeiro, Imprensa Nacional,1912. Doravante as citações serão do mesmo texto.

^{xxix} Ver, entre outros: “Dos meios de melhorar as raças nacionais” Tese n. 12 apresentada na Conferencia Nacional de pecuária, Rio de Janeiro, 1912. “Guerra ao zebu. Um pouco de água fria”, Paraná: Imprensa Nacional, 1919.